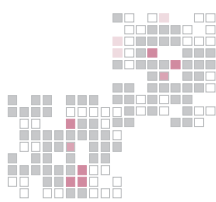


A CIVILIZAÇÃO GLOCAL: REPERCUSSÕES SOCIAL-HISTÓRICAS DE UMA INVENÇÃO TECNOCULTURAL FUNDAMENTAL DO CAPITALISMO TARDIO*

THE GLOCAL CIVILIZATION: SOCIOHISTORICAL IMPLICATIONS
OF A FUNDAMENTAL TECHNOCULTURAL INVENTION OF LATE
CAPITALISM

*LA CIVILIZACIÓN GLOCAL: LAS REPERCUSIONES
SOCIO-HISTÓRICAS DE UNA INVENCIÓN TECNOCULTURAL
FUNDAMENTAL DEL CAPITALISMO TARDÍO*

26



Eugênio Trivinho

■ Professor do PEPGCOS/PUC-SP e Coordenador Geral do CENCIB -
Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura
nesta instituição.

■ E-mail: eugeniotrivinho@uol.com.br.

* O presente artigo deriva de Projeto de Pesquisa desenvolvido no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, com apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa). Equivale, com adaptações substanciais, ao capítulo introdutório da obra (organizada) *A condição glocal: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada*, a ser publicada em breve.

RESUMO

O artigo aborda as repercussões social-históricas do *fenômeno glocal*, uma construção tecnocultural marcada pela hibridização entre a dimensão global das redes comunicacionais em tempo real e o contexto local do corpo e da experiência cotidiana sob o tempo que passa. O glocal corresponde, como *empíria* de mundo, a uma condição irreversível, pretensamente absoluta e de proporções planetárias, a ponto de possibilitar e justificar, como *episteme* interpretativa, a caracterização crítica de toda uma civilização – a *civilização glocal* –, doravante em estágio interativo. O texto dissecou essa formação social mediante a recontextualização conceitual, na trilha teórica consolidada pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE: CIVILIZAÇÃO GLOCAL; FENÔMENO GLOCAL; PROCESSO DE GLOCALIZAÇÃO; HÍBRIDO/HIBRIDIZAÇÃO.

ABSTRACT

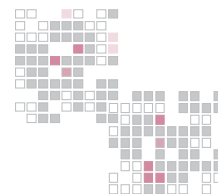
This article discusses the sociohistorical repercussions of the *glocal phenomenon*, a technocultural construction marked by the hybridization of the global dimension of communication networks in real time and the local context of the body and everyday experience of passing time. The glocal, as world *empiricism*, corresponds to an irreversible and supposedly absolute condition of planetary proportions, to the extent that it allows and justifies, as interpretive *episteme*, the critical characterization of an entire civilization – the *glocal civilization* –, henceforth in an interactive stage. The text scrutinizes this extensive social formation through a conceptual recontextualization, following the theoretical route espoused by the author.

KEYWORDS: GLOCAL CIVILIZATION; GLOCAL PHENOMENON; GLOCALIZATION PROCESS; HYBRID/HYBRIDIZATION.

RESUMEN

El artículo analiza las repercusiones socio-históricas del fenómeno glocal, una construcción tecnocultural marcada por la hibridación entre la dimensión global de las redes comunicacionales en tiempo real y el contexto local del cuerpo y de la experiencia cotidiana durante el tiempo que transcurre. Lo glocal se equipara, como empíria del mundo, a una condición irreversible, supuestamente absoluta y de proporciones planetarias, a punto de posibilitar y justificar, como episteme interpretativa, la caracterización crítica de toda una civilización – la civilización glocal –, de aquí en adelante en fase interactiva. El texto disecciona esta formación social a través de un amplio trabajo de recontextualización conceptual, en el camino teórico consolidado por el autor.

PALABRAS CLAVE: CIVILIZACIÓN GLOCAL; FENÓMENO GLOCAL; PROCESO DE GLOCALIZACIÓN, HÍBRIDO/HIBRIDACIÓN.



*Como alguém escaparia diante do
que nunca se põe?*

(Heráclito, 2012, p.131)

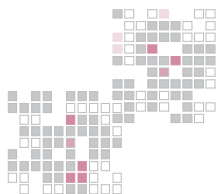
1. Nota introdutória. Natureza e escala atual do fenômeno glocal e sua civilização típica.

O presente artigo sistematiza as principais repercussões e configurações social-históricas (estruturais e conjunturais) a partir do surgimento do *fenômeno glocal* e de seu processo derivativo, a *glocalização da existência e da experiência cotidiana*.

O *fenômeno glocal* constitui uma das mais originais *invenções tecnoculturais* contemporâneas. De caráter nem global, nem local, exclusivos e apartados, antes tendência terceira e híbrida, já planetariamente realizada de modo unitário, composta fundamentalmente por ambos e, ao mesmo tempo, para além deles, sem reduzir-se a cada qual, o glocal carrega no bojo, em sua constituição *stricto sensu*, todas as compleições, potências e tendências da comunicação eletrônica em tempo real, de massa, interativa ou híbrida. Essencialmente subordinado ao acoplamento antropológico-instrumental a tecnologias de comunicação (fixas ou móveis), o glocal representa a mistura inextricável, embora não internamente harmônica e homeostática, entre o contexto de acesso/recepção/retransmissão/irradiação (no qual o corpo se encontra e a consciência atua) e o universo imagético-informacional das redes e telas mediáticas, satelitizadas ou não (telefônicas/celulares, radiofônicas, televisivas, ciberespaciais e variações similares de enredamento geográfico). Nesse “ambiente” mediatizado, sedentário ou nômade (na residência, no recinto de trabalho ou de lazer, ou anexado ao corpo), de interação humano-máquina *sine qua non*, de conjugação entre corpo e aparato para a “cofusão” entre consciência teleinteragente e interface, de amálgama entre imaginário interator e *imagèrie* técnica, de transvazamento entre inconsciente projetado e rede, de promiscuidade entre olhar culturalmente condiciona-

do e imaterialidade luminófora/sonora – uma dissolução mediática de todas as fronteiras simbólicas e imaginárias entre sujeito e objeto sob os auspícios desta condição de base, a associação material/física entre ente humano e parafernália –, o glocal comparece *invisivelmente*, invariavelmente, ali onde o *global* das redes comunicacionais representado por seus fluxos de conteúdo jorra no e para o *local* em que o ente humano se situa, âmbito representativo da prontidão para acessar/receber/responder/distribuir; e, vice-versa, aparece também ali onde o local, assim configurado, se projeta para a ordem global, nos termos postos.

Empiria processual improvável (no sentido etimológico da expressão: impassível de prova circunstanciada), mas de amplas e variadas reverberações concretas, ainda pouco mapeadas e conhecidas, o glocal, por seus traços estruturais e idiossincráticos, não pertence ao rol de invenções tecnológicas em sentido estrito. O glocal não foi concebido, planejado ou desencadeado pelo que quer que seja – indivíduo, grupo, classe ou instância política ou corporativa. A rigor, do ponto de vista sociofenomenológico, o glocal não se confunde com a sua base tecnológica. A máquina capaz de rede é que, após a sua concepção, foi patenteadada, capitalizada e, assim, posta em operação social por sujeitos e instâncias empreendedores, simultaneamente ao seu acolhimento por instituições governamentais e corporativas e por massas de consumidores, que lhe entregaram aval. Embora não se separe da máquina ou dela sempre dependa, em algum grau de intensidade, o glocal guarda em relação a ela autonomia relativa como processo de articulação da vida social. Evidência de hibridização, por isso complexo *per se*, o glocal preserva uma dimensão sociofenomenológica situada além da mera infraestrutura de praxe. Criação tecnocultural com posteridade originariamente promissora – isto é, egressa do concurso de interesses majoritários estabelecidos (científicos, produtivos e/ou de consumo) em determinado período histórico e



O glocal é dessa ordem de fenômenos, de que também fazem parte o poder e o inconsciente, no âmbito tanto das relações políticas e institucionais, quanto das interpessoais.

para além dele –, o glocal é a resultante inesperada de um processo de desenvolvimento progressivo das forças produtivas (no sentido técnico e tecnológico do termo) dos últimos dois séculos e meio. Como culminância, situa-se, portanto, no arco da tecnociência moderna egressa da revolução iluminista-industrialista do final do século XVIII. Em palavras mais radicais, o glocal constitui, no fundo, invenção historicamente imprevisível, há décadas socialmente desdobrada de modo aleatório e fragmentário, hoje macrogeograficamente espargido (pelos cinco continentes), já institucionalmente inabolível como mediação cotidiana (porque irreversível) e sem horizonte definido que não a sua reprodução, diversificação interna e sofisticação *ad infinitum*. A façanha de inteligência prática que arquitetou, no final do século XIX, a primeira máquina capaz de tempo real (conforme adiante) – isto é, de transmissão instantânea (vinculando um local a outro, distante quilômetros do sinal de origem), mesmo que ausente à época a possibilidade de reação imediata e simultânea por parte do receptor – jamais poderia fazer-se acompanhar, como foi acontecer, da proeza de antever, social e historicamente, com precisão, o resultado reescalado e relativamente definido da construção da realidade várias décadas após o enraizamento do (agora nomeado) glocal na vida cotidiana, na esfera seja do trabalho, seja do lazer e do tempo livre.

Com tal envergadura, o fenômeno glocal – valha a ênfase – encerra, com efeito, idiossincrasia que não deixa de surpreender: ao mesmo tempo em todos os redutos geográficos, ambientais e corpóreos, ele não se encontra em lugar algum: imaterial, embora não inespecífico [uma vez (que pode ser) depreendido sistematicamente pelo conceito], escapa de ser pilhado ou comprovado em qualquer

tópica. Tal ambiguidade constitutiva marca o seu paradoxo fenomenológico. Onde o glocal e seu processo de trespasses social, a glocalização, se instalam a percepção comum, positivista e funcionalista, não reconhece senão a objetividade doxológica extensiva (em muitos aspectos, padronizada) da *empíria* processual atinente: aparelhos eletrônicos e demais máquinas, aparos e assentos, luzes, enfim, ambientes físicos interiores e sua decoração cativa, corporalidades e seus adornos (entre eles, as próteses mediáticas miniaturizadas), contiguidade objetiva com o “exterior” – lugares abertos, paisagens de visita efêmera, cenários públicos reticulados por elementos tecnológicos – em cujos interstícios a visão corrente vislumbra sempre nada. Desse ângulo de visão, para todos os efeitos, o glocal, cativo da invisibilidade operacional, inexistente. A “natureza ama ocultar-se”, sintetizou Heráclito (2012, p.129), no alvorecer oral e cidadão da filosofia. Ao que parece, processos do social-histórico pleiteiam, por vezes, a mimese metafísica do que, no âmbito dos “processos naturais”, sustém estes últimos e explica a sua existência concreta no diapasão perceptual: como se sempre grandemente efetivos, embora recolhidos quanto ao seu *modus operandi* e ao seu segredo de base. O glocal é dessa ordem de fenômenos, de que também fazem parte o poder e o inconsciente, no âmbito tanto das relações políticas e institucionais, quanto das interpessoais. Em razão do exposto, diz-se do glocal tratar-se de *fenômeno sociomediático indicial (disponível à dedução reflexiva) e, simultaneamente, inverificável* (dado o caráter aporético de seu modo de aparecimento não literal), mas não estranhamente capaz de impactos multilaterais de monta na produção, circulação e assimilação da cultura (no sentido de signos socialmente criados e transmitidos de uma



geração a outra), na prática política e micropolítica (atinentes à disputa pelo poder de Estado ou para além dela), na organização dinâmica da economia e do trabalho (em escala nacional e transnacional) e na moral da vida prática (em todos os seus âmbitos de manifestação).

Por tais repercussões no social-histórico, o glocal grassa instituído como *construção transpolítica aberta* (isto é, para além da capacidade de controle, administração ou gerenciamento por parte das instâncias institucionais herdadas da modernidade política do século XVIII e XIX), em diuturno desenvolvimento multidirecional – numa palavra, em *estado permanente de reinvenção autopoiética*.

2. Glocal e reprodução do capital

Nesse horizonte, o glocal “revolucionou”, estruturalmente, o capitalismo – ao conduzi-lo e assentá-lo na imaterialidade espectral do universo eletromagnético –, sem, porém e paradoxalmente, alterá-lo no fundamental, como modo de produção, acumulação e circulação da mais-valia: o glocal expandiu a expectativa epocal (a bem obviamente das categorias sociais economicamente abastadas) de reprodução heterodoxa e *ad infinitum* do valor de troca, implodindo-o e dissolvendo-o, por volatilização radical, nas redes de comunicação em tempo real, para além de todas as equivalências materiais hodiernas – perda de medidas convencionais exclusivamente em favor da perpetuação do capitalismo tardio, a fase pós-industrial, financeirizada e tecnorendada das trocas econômicas transnacionais subsequente à Segunda Guerra Mundial – uma “delonga histórica” malgrado previsões (da esquerda marxista) sobre a sua derrocada.¹ Não por outro motivo, o glocal integra, como viga estrutural indispensável, o processo de autoprodução contínua e ampliada, descentrada e sem direção civilizatória

¹ Sobre o assunto, cotejem-se as variações reflexivas de Mandel (1985), Adorno (1975, 1986, 1992), Habermas (1980) e Jameson (1997a, p.27-78). Em outro lugar (Trivinho, 2012, p.98), sinalizou-se que hoje “o capitalismo é tardio em razão de sua continuidade cibercultural aparentemente infinda”.

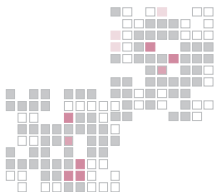
aparente do capital como força conservantista de seu próprio modo originário e hoje avançado de produção sociocultural e político-econômico a partir de meados do século XX e, mais enfaticamente, na transição para o século XXI.

Em princípio convertido em *patrimônio socio-técnico e antientrópico da humanidade em extensão mundializada*, o glocal foi, com efeito – sob o influxo do desejo de glocalização *partout* do *modus vivendi* e de formas de apropriação culturalmente diferenciadas –, “exportado” para todas as formações sociopolíticas e econômico-financeiras contemporâneas, não importando se democracias militarizadas, repúblicas monarquistas, social-democracias, socialismos burocráticos de mercado, sistemas autárquico-religiosos, monarquias tribais, ditaduras seculares e variações. Todos esses regimes políticos encontram-se, há tempos, em maior ou menor intensidade, recortados pelo processo de glocalização, seja majoritariamente por uma tecnologia em especial (que, no caso de países ou regiões economicamente prejudicados, resulta geralmente ser o telefone fixo), seja simultaneamente por máquinas diferentes de comunicação em tempo real (rádio, televisão, Internet, etc.).

2.1 Condição glocal e contexto glocal

Sob tal influxo estendido, a *sociofenomenologia do glocal*, ao longo das décadas, se arranjou e atualmente se distribui segundo duas *cristalizações imateriais significativas*, a saber: a *condição glocal* e o *contexto glocal*.

A *condição glocal* demarca o ingresso irreversível da humanidade numa *contingência estrutural inelidível e irrecorrível*, desejada por bilhões de pessoas aos quatro cantos do mundo e sustentada por instituições governamentais e corporativas de alcance regional, nacional e transnacional. Corolário categorial reescalado do estágio contemporâneo de mediatização da vida social (em suas múltiplas manifestações) pelas tecnologias do tempo real, a *condição glocal* corresponde, a bem se notar –



não seria equivocado nem exagerado alegá-lo –, ao estado da arte sociotecnológico (em sua acepção civil e institucional) da história, na linha sinuosa que se estende desde as nações econômica e militarmente afluentes às metrópoles e cidades médias adjacentes em países amplamente desfavorecidos pelo modelo neoliberal de financiamento globalitário. Em definição complementar, a condição glocal designa a configuração social-histórica de longa duração (sem horizonte anunciado para o caso) em que a vida contemporânea mergulhou desde o surgimento da primeira máquina capaz de tempo real, de seu desenvolvimento diferenciado, de sua sofisticação progressiva e enraizamento na vida cotidiana (da esfera da produção à do tempo livre e de lazer) a partir de todas as modalidades de apropriação multilateral, para fins sociais, culturais, políticos e econômicos e, conseqüentemente, depois que a promiscuidade entre cérebro e telas e a *mélange* entre imaginário individual e *imagérie* das redes se converteram em *modus vivendi* e *habitus* social.

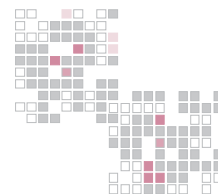
A condição glocal vigora, nessa perspectiva, como o mais *rigoroso cativo* *soft* da humanidade – o do imperativo do acoplamento corporal vitalício aos equipamentos ou próteses comunicacionais de instantaneização das relações sociais –, lastreado numa *subjetividade mediático-interativa conforme* (de eficácia plenamente condutiva), numa racionalidade instrumental competente [a *dromo-aptidão*, a capacidade de ser veloz no trato com a *empíria* implicada, em atendimento ao princípio de aceleração como valor prioritário; cf. Trivinho (2007)], uma sensibilidade de mundo idem, sintonizada com as tendências dominantes do mercado, e assim por diante – enfim, propriedades epocais exigidas de um *sujeito glocal*, flexionado, na *práxis* cotidiana, segundo o tipo e a versão da parafernália mediática (da telefonia fixa aos *gadgets* móveis de última geração).

Esses apontamentos não sinalizam senão o quanto a condição glocal, correspondendo a uma

dimensão fenomenológica elevada à macroescala da história tecnocultural em curso, vige, com tais características, internacionalmente modulada como ingrediente estrutural possibilitador do processo transgeracional de perpetuação das culturas *vis-à-vis* a ameaça constante de respectiva autodesagregação entrópica – em palavras diretas, como processo civilizatório.

O *contexto glocal*, por sua vez, designa *tout court* o “ambiente” – *locus* mediaticamente indexado pelos interesses governamentais e corporativos do ramo e destinado ao acesso/recepção/retransmissão/irradiação de signos em geral, mercantis ou não (imagens, sons, informações, dados), a partir de onde o corpo se encontra e a consciência pode atuar, com *media* fixos ou móveis.² Configuração concreta e operacional da condição glocal (porém

2 Procedimentos editoriais foram aqui excepcionados quanto ao termo “mídia”. A ele preferiram-se, não sem razões, *media* (plural) e *medium* (singular) – em formatação itálica –, conforme colhidos da fonte originária da língua portuguesa, o latim. Comum no Brasil, na fala e na escrita – mas não na ensaística de Portugal e de outros países neolatinos –, e assim dicionarizado, o termo “mídia” constitui, com efeito, escabrosidade cujo uso nacional corrente, no âmbito acadêmico e jornalístico em geral, ressalta somente o absurdo emblemático que presidiu a historicidade desse significante até o presente. “Mídia” passou a ser, no plano do significante e do significado, o equivalente brasileiro do vocábulo inglês *media*. Para todos os efeitos, vige positivado, como se “sem problemas” de constituição, e derivado de procedimento tradutório idem – em suma, como verdade *per se*. Não obstante, concentra, silenciosamente, carga significativa de ignorância histórica, inconsciência cultural e ingenuidade política no âmbito da linguagem e da problemática da tradutibilidade. “Mídia” corresponde, aproximadamente, ao registro gráfico literal (significante) da prosódia inglesa referente a *media*. O olvido de nossa própria origem histórico-linguística e cultural (no plano do significante e do significado, com precisão na forma singular e plural) condecorou apoliticamente a influência estadunidense na América Latina e, em particular, no Brasil. Como se não bastasse, para igualar, em número, “mídia” ao equivalente inglês *media* (originalmente plural, como em latim), resultou-se acrescentar-lhe um excrescente “s” (como se, em espelhamento historicamente retroativo da nossa língua, tivéssemos, na origem, *medias*, em diferenciação à forma singular, *medium*). Em síntese, a resultante, na relação português-latim, é que, na forma, “mídia” acabou por divergir tanto de *medium* quanto “mídias” de *media*, sob o agravante de que a cultura anglo-saxônica dos Estados Unidos também herdou ambos os vocábulos nada mais nada menos que do próprio latim.



não física e visível, antes obliterada e pouco perceptível, mas – conforme antes dito – apreensível conceitualmente, por *episteme* renovada e a ela adequada), o mencionado contexto comunicacional “ater-ra”, por assim dizer, essa condição, permanecendo dela um sintoma representativo. Nessa direção, o contexto glocal corresponde ao modo pelo qual, na dinâmica cotidiana das relações sociais, a condição glocal da história se autorratifica diuturnamente no âmbito das práticas em rede – *práticas glocals* (de sociabilidade, de articulação política, de aprendizagem, de entretenimento, de consumo, etc.).

Entre a condição glocal e o contexto glocal, há – vê-se – apenas distinção de escala temporal (diacrônica e sincrônica) e de função social-histórica e tecnocultural, não de natureza e desdobramento autopoiético. Identitários em essência no condão que os urde a partir de dentro, são, ambos, consortes na marca ígnea e indelével – e que, não obstante, nada diz de si – no tecido mediático do presente: a multitude de contextos glocals subsume-se no macroestado geral do vivido, enquanto este, como condição glocal, retira dessa miríade sem fim a sua validação e característica como tal. Qualificativo abstrato e genérico, a condição glocal é também indicador de imperativo. Indicia, em bloco, a significação social-histórica e tecnocultural do contexto glocal, ao pressupor pretensamente que nada consegue ser ou sobreviver, manifestar-se ou se expor e, assim, alcançar a alteridade (individual, grupal ou de massa) senão a partir do reduto de acesso/recepção/retransmissão/irradiação em tempo real. Sintoma epocal maior daquilo com o que é necessário lidar e negociar na vida cotidiana, a condição glocal equivale a uma condição *sine qua non* alçada à designação totalitária de *sprit du temps* de conservação infinda do modelo mediatizado de relações sociais.

Assim, o fenômeno glocal, socialmente espargido do arco que, num diagrama ilustrativo, ascende desde o perímetro praxiológico da subjetividade até o (patamar de) estatuto histórico original de

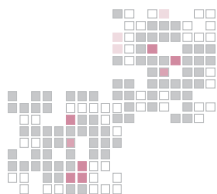
época, enseja e sustém operante um macroprocesso de glocalização da vida humana em escala planetária – do território geográfico extenso e das pequenas cidades, dos órgãos governamentais aos espaços corporativos, das residências e do corpo, do imaginário individual à objetividade infoeletrônica, incluindo todos os meios de transporte e assim por diante.

3. Civilização glocal. Glocal como destinação.

Por tantos aspectos idiossincráticos, o fenômeno glocal, no caudal de sua multioperação mundializada, condicionou o surgimento exuberante de toda uma civilização, formada pelo feixe longitudinal das sociedades contemporâneas – a civilização mediática (de massa, interativa e híbrida), em escala planetária –, o modo de produção capitalista tardio em sua fase glocalizada, dromocratizada (articulada pelas exigências multilaterais da velocidade tecnológica) e transpolítica (nos termos antes assentados) – e de seu estirão social-histórico mais sofisticado, a cibercultura, multilateralmente lastreada em tecnologias e redes digitais e em seus modos de apropriação – numa palavra, a *civilização glocal*, híbrida entre processos de massa e de interatividade.³

Como tal, o fenômeno glocal desdobra-se, com destaque, como emblema sociotécnico distintivo e radical em comparação a fases pregressas do capitalismo, bem como a épocas históricas anteriores a ele. O motivo, relativamente simples, é, de toda forma, crível, com a vantagem de não ser inverdade: inexistiu, na história, exceto agora, outra época ou civilização cujos processos sociais, culturais, políticos e econômicos foram articulados em ou pelo

3 Eis a carga completa de significação subsumida no bojo do qualificativo *tecnocultural*, híbrido anteriormente utilizado para especificar a natureza e a escala da *invenção* em jogo: enquanto o diapasão tecnológico aí previsto demarca o ingrediente matricial *sine qua non*, a dimensão cultural, por sua vez – pondo-se além da objetividade do artifício técnico e de seus usos –, remete a uma atmosfera epocal inteira, fase contemporânea do processo de reprodução social-histórica do modelo capitalista de vida social.



A magnitude da abrangência aí pressuposta concede bem adequadamente a ideia da condição glocal anteriormente definida.

tempo real, fenomenologia exclusiva e privilegiadamente egressa da existência *a priori* do processo de glocalização. Sem radicalização de hipóteses a não ser a mera constatação, portanto, o glocal, sinete peculiar de contraste estrutural, constitui, de fato, um dos fatores de monta que difere, no fundamental (nas condições infraestruturais e no modo de reprodução sociocultural), a civilização contemporânea de todas as já existentes.

Não por acaso, o processo de glocalização, assim plenificado propriamente como processo civilizatório, do fulcro das pressões pantópicas dimanadas da instantaneização do tempo recriado pela tecnociência do século XX, está implicado na esteira de reinvenções sociotecnológicas do *modus vivendi* cotidiano a cada década, de que as modulações mediático-conteudísticas ou reciclagens simbólico-imagéticas *non-stop* na paisagem de mundo comumente percebida são apenas as cintilações refratárias talvez menos relevantes (em razão da magnitude social-histórica do processo aqui abordado).⁴

Se, nessa civilização, a condição glocal resulta inescapável e irrecorrível, como o contexto glocal, inexorável, é somente porque o fenômeno glocal constitui a destinação social-histórica do presente, com a qual o social regido por esse hibridismo operacional pressupõe, nas entrelinhas das exigências de desempenho e das atividades diuturnas, que tudo e todos devem “negociar” de alguma forma. A *empíria* processual e a plenipotencialidade fenomenológica do glocal, remotamente representada na figura do telégrafo elétrico e fomentada pela opera-

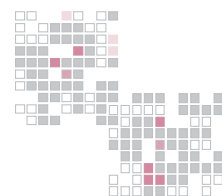
cionalidade bidirecional da telefonia fixa (a partir do final do século XIX), desenvolvida pelo rádio e reescalada pela televisão (na primeira metade do século XX) e que hoje estagia no ciberespaço (desde o final da década de 1960) (cf. Trivinho, 2007, p.244-5), com base em todas as tecnologias miniaturizadas capazes de conexão em rede interativa, amanhã poderão *realizar-se* por meio de outras tecnologias e redes, eventualmente heterodoxas ao senso comum atual – poderão até se “desmaterializar”, mediante provisão de acessos cada vez menos táteis e mais orais (via comandos vocais) –, mas seu “esquema” fundamental e irreduzível [de hibridização inextricável entre o global representativo da desterritorialização mediática (satelitizada ou não) e o local depositário do *modus vivendi* presencial e corporalizado] tende a permanecer.

4. Panorama das repercussões social-históricas do fenômeno glocal

Mais de um século após a emergência social-histórica da hibridização tecnocomunicacional do aqui-agora com o alhures, entre o próximo e o distante, o global e o local, a partir da descoberta da transmissão em tempo real (com a eletrotelegrafia), o processo de glocalização perpassou e reesculpiu (e hoje fomenta) todos os domínios de atuação humana. A magnitude da abrangência aí pressuposta concede bem adequadamente a ideia da condição glocal anteriormente definida. Um diagrama sistematizador, a traços sucintos – que vale pelo potencial mais ilustrativo que reflexivo –, pode ser granulado conforme segue, com indicadores concretos entre parênteses para cada âmbito considerado:⁵

⁴ A passagem repõe, em outras palavras, uma sinalização anterior sobre o paradoxo da dinâmica sociocultural da civilização glocal: a saturação caleidoscópica de mudanças pluriespalhadas, da visibilidade mediática à vida prática e vice-versa, situa-se, freneticamente, no quadro de ausência total de mudanças estruturais ou essenciais no modo de produção e acumulação econômica.

⁵ A sistematização dos itens a seguir derivou de contribuição assídua dos membros do CENCIB/PUC-SP.



(a) cultura [transmissão unidirecional ou *live* de produtos culturais de massa [atinentes à indústria cultural]; disponibilização *online* e transmissão *streaming* de produtos interativos (típicos da *megatecnoburocracia da informatização, virtualização e ciberespacialização da vida social*); transmutação diuturna do real em espectros da visibilidade mediática; desvelamento de cenários siderais por satélites geoestacionários; acesso a jornais, revistas, rádio, TV, filmes, artigos, etc., doravante unificados em *tablets* e *smartphones*; acompanhamento de *ensaios* teatrais via Web, etc.];

(b) política [campanhas eleitorais via redes de massa e interativas; práticas políticas *online*; eleições eletrônicas; “democracia direta” tecnologicamente mediada; governança digital; votação e apuração eletrônicas; articulação de movimentos sociais, guerras civis e guerrilhas com auxílio de *media* digitais miniaturizados e “redes sociais” (desde os protestos antiglobalizatórios de Seattle, Nápoles, Gênova, etc. e as convulsões sociais armadas do norte da África, na Líbia, no Egito, na Tunísia, etc., até as megamobilizações descentralizadas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras capitais brasileiras, em junho e julho de 2013); ação *hacker/cracker* ideologicamente orientada, etc.];

(c) economia [refuncionalização do *modus operandi* capitalista através da automação e virtualização bancárias (com caixas eletrônicos operados por leitura de mãos); informatização de práticas comerciais / virtualização de operações financeiras; realização do valor de troca via sistemas de administração de cartões corporativos e de crédito; trabalho assalariado remoto; “empreendedorismo”/prestação de serviços *online*; corretagem de ações e mercado acionário em rede; digitalização do papel-moeda; informatização/circulação de documentação fiscal; sobredeterminação em cadeia, por contágio internacional instantâneo, de bolsas de valores, etc.];

(d) educação [educação a distância (em todos os suportes em tempo real); glocalização interativa da

sala de aula; pedagogia do glocal / educação para o glocal; pesquisa/consulta em bancos de dados remoto; bibliotecas e arquivos virtualizados; aprendizado mediado por tecnologias móveis *wireless*, etc.);

(e) sociabilidade (interação com a alteridade como espectro radiofônico, televisivo e ciberespacial; “sociabilidade” com o objeto infotecnológico e com a rede; virtualização do outro em produtos interativos; “trocas sexuais” em tempo real, etc.);

(f) segurança [espaços públicos e privados rastreados por câmeras de videovigilância (*surveillance*), com monitoramento remoto; digitalização de territórios e rastreamento de corpos por sistemas de informação geográficos (GIS) e posicionamento global (GPS); policiamento por circuito de radiofrequência; segurança de logradouros por solução *walkie talkie*; devassamento de comunicações individuais por Estados nacionais; rastreamento retroativo de trilhas e IPs suspeitos de atos ilegais; “blindagem” automotiva antirroubo também via GPS, etc.];

(g) guerra [guerrilha informacional; mísseis teleguiados; equipamentos de combate controlados via satélite; terrorismo virótico de Estado; monitoramento de território inimigo via satélite; espionagem, vigilância e bombardeio por aviões não tripulados (*drones*), etc.];

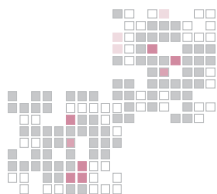
(h) consumo (material e simbólico-alucinatório) [recepção em tempo real de produtos culturais de massa e interativos; desmaterialização de operações de compra (via telefonia e Web); “consumo” do glocal como ambiência e estilo de vida; consoles de acesso à rede em eletrodomésticos, etc.];

(i) entretenimento (mediatização da dramaturgia; jornalismo de redes; *games* em tempo real, etc.);

(j) esporte (transmissão e recepção *live* e *online* de competições nacionais e internacionais; *games* em rede; campeonatos via Web, etc.);

(k) medicina [cirurgia à distância com assessoramento robótico; *softwares* especialistas *online* para diagnose de patologias, etc.];

(l) alimentação (informações culinárias e recei-



tuários via programas televisivos; cardápio *online*; célere proliferação mundial de determinados alimentos, pratos e bebidas em razão da velocidade dos efeitos glocalizadores, etc.);

(m) corpo (portabilidade de *media* de massa miniaturizados; próteses interativas satelitizadas; controle de prisioneiros por pulseiras ou *chips* rastreados por GPS; microcomputadores para vestir; Google *glass*, e assim por diante.

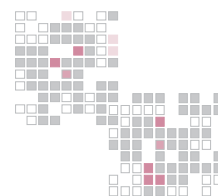
As formas de glocalização da vida de relação implicadas nesse rol de campos de atuação se refrata para (e, ao mesmo tempo, acompanha e reescala) outros processos setorizados de enraizamento glocal, como, por exemplo, o da ecologia [acompanhamento *wireless* de condições físicas e ambientais (WSN)] e do turismo (simulações de viagem de lazer via *softwares* especialistas *online*); do direito (audição de presos por videoconferência) e das relações internacionais (reserva de comunicação privilegiada e em tempo real entre autoridades nacionais e de instituições multilaterais), além da administração governamental, empresarial e residencial, da navegação terrestre (metrô sem condutor), marítima e aérea (sempre via GPS e GIS), da percepção e das práticas literárias, entre outras áreas relevantes. Essas condições perfazem todo um modo de reconceber a relação com o real (presumivelmente aquela de um sujeito em sua normalidade socialmente esperada) e de repensá-la, seja em bloco, seja em aspectos particulares, para saber o que fenece ou perde força e o que emerge e prospera após o vendaval glocalizante das tecnologias comunicacionais; como ficam, caracterizam-se e funcionam tais e quais espaços e/ou práticas sociais após o impacto de sua articulação em tempo real, quais as formas de apropriação social de suas potencialidades utilitárias e qual o seu papel na reprodução da civilização glocal.

4.1 Paradoxo imanente do glocal. Estatuto da crítica teórica do *modus operandi* da civilização

mediática. Horizonte predominante do híbrido e dos processos de hibridização.

A história do glocal, seja como fenômeno, seja como *episteme*⁶ – sua primeira aparição no jargão corporativo japonês no último quartel do século XX, sua apropriação categorial nas e para as ciências humanas e sociais, sua inserção na área de estudos da comunicação *vis-à-vis* sua transvaloração tensional em nome da crítica do modo de reprodução social-histórica da civilização mediática, bem como sua configuração como condição glocal e como contexto glocal, sua projeção transnacional para as sociedades e regimes políticos egressos dos séculos XVIII e XIX e sua especificidade dinâmica na cibercultura – já foi repertoriada em outro lugar (cf. Trivinho, 2007, 2012). Ressalte-se, apenas e necessariamente – a título de rememoração –, o paradoxo incontornável pressuposto nessa sinalização. Em identidade à natureza do híbrido, o glocal é, a um só tempo, mundo e *episteme*. Como mundo, o glocal é *modus operandi*, *empiria* processual, conjunto de práticas conformes, tendência fundamental da civilização

6 No presente texto, *episteme*, é abrigado diretamente do significante grego antigo (ἐπιστήμη; *episteme*, *epistémē* ou *epistēmē/epistēmē*), não do francês (*épistémè* ou, melhor, *épistémé*), para sinalizar conhecimento ou entendimento especializado (organizado e/ou sistematizado sobre determinado domínio temático), fundado no *ethos* do conceito como modo de representação teórica de objeto/mundo, sem prejuízo de qualquer traço reflexivo-contemplativo (isto é, desprovido de compromisso ou intenção prática imediata ou subsequente) e desobrigado de qualquer busca da verdade ou verificação discursiva (seja por prova empírica, seja por demonstração argumentativa). Essa acepção, mesmo propendendo para a tradição aristotélica da razão lógica, evita, com efeito, a volatilidade valorativamente positiva da conhecida definição idealista de Platão (2008) [que associa *episteme* a conhecimento verdadeiro, autêntico e confiável (vinculado à evidência imutável das coisas), contrariamente à sua versão doxológica, esfera do saber circulante, de senso comum, subjetivista e, por isso, sem consistência e/ou fundamento), tanto quanto dista, mais recentemente, da idiosincrasia semântica proposta por Foucault (2005, p.214-215) [para quem *episteme* recobre uma configuração cabal de forças e relações discursivas típica de determinado período social-histórico (renascentista, oitocentista ou posterior), de relativa longevidade, e capaz de especificar, conformar e/ou nortear as formas majoritárias, possibilidades estendidas e limites de horizonte da produção de saberes e sentidos dessa época e lugar, conferindo coerência unificadora ao conjunto de suas práticas discursivas e justificando, como tal, algo assim como a sua visão de mundo, autoinvestida de verdade *per se*].

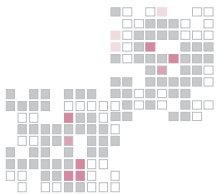


mediática. Como *episteme*, é modo orientado de compreensão mapeadora e tensional dessa mesma formação social-histórica. Sob ângulo e corte diferenciados, o glocal é horizonte fenomênico e prisma crítico cabal do mesmo objeto.

A aparente perenidade dessa mistura, por mais arbitrária que seja, não se lastreia em suposta contradição de teoria ou de método. O fato de um modelo de civilização em tempo real – que reelabora e reproduz, em novas bases, a injustiça (como naturalização espetacularizada, transpolítica e inquestionada da distinção social), a desigualdade (cada vez mais segregacionista, agora com requintes de distribuição social não-equitativa da *dromoaptidão tecnológica*, a competência cognitiva, tátil e operacional a fazer-se veloz no uso de tecnologias digitais e interativas) e a violência [em todas as suas formas, especialmente as mais decantadas e imperceptíveis, como a violência objetivada e impessoal da técnica, o que equivale à penumbra da “com-posição”, o modo de por-se em conjunto da técnica (moderna) em extensão planetária, de que tratou Heidegger (1958, p.9-48)] – (o fato de este modelo civilizatório) fundear sua viga dinâmica na *empiria* processual do mesmo termo (o significativo, no caso) mobilizado para compreendê-la constitui, essencialmente, sintoma nada estranho de uma lógica paradoxal de operação do próprio mundo, que envolve, necessária e simultaneamente, em sua fenomenologia tecnocultural, a dimensão protossimbólica do vivido (conforme suas pressões concretas e multilaterais) e a dimensão da compreensão racional e de acompanhamento subjetivo linguisticamente organizado dessa experiência prática. Entre as duas formas de manifestação, com efeito unificadas na dimensão autocontraditória da cultura, a crítica teórica, como recurso *sine qua non* de trabalho conceitual e de vida no modelo civilizacional estruturado pela comunicação, via apropriação de seus *gadgets*, representa a mediação ponderativa que demarca a diferença decisiva: intervindo no regime do significado (do vocábulo em

questão, glocal), ao convulsionar-lhe a cadeia de sentido, secciona-o, com ênfase, em relação ao significativo e, em reverso, cristaliza nova estrutura e tendência no âmbito do significado; ao possibilitar essa operação intelectual, a crítica teórica suspende a “naturalidade” do entendimento tanto do termo em jogo quanto de sua *empiria*, reescalando-o a horizontes antes pouco (ou jamais) entrevistados; em cenário ampliado, a crítica teórica disjunge, no plano simbólico, *episteme* e ordem do real, conceito e fenômeno, ao operar entre eles efeito de estranhamento onde antes reinava unicamente *mimesis* e identidade; fundamentalmente, no nível mais elementar de espelhamento dessa disjunção de monta, a crítica teórica condiciona a intercessão de um distanciamento subjetivo estratégico em relação ao objeto, ao semear um regime de suspeita produtiva e tensão necessária entre eles; entrega assim o mundo (como que) à sua própria operacionalidade, para além das subjetividades individuais, de grupos e categorias que o sustentam; e, ao mesmo tempo, gesta, em sentido político *lato*, reserva estratégica de autonomia terminológica e semântica para, indagando o objeto sem condescendência *a priori*, interceptar (mediante simbolização sistemática) ou, bem assim, romper, ao menos na e pela práxis teórica, a cadeia obliterada de retroalimentação social-histórica da civilização mediática.

Na história da filosofia e da teoria social, não é raro que, por frequente uso utilitário, conservador e/ou promocional, uma terminologia, ao nível significativo, “cole” na *empiria* processual da vida prática; ou, em condições idênticas, palavras com alto potencial pragmático participem diretamente da dinâmica do objeto considerado; e, ao mesmo tempo, essa incrustação aparentemente definitiva seja redimida ao nível do significado, não raro de modo insurgente, com consequências de confronto teoricamente politizado e com incomparável soma de horizonte cognitivo, a bem da renovação do pensamento e das formas de visão sobre a organização social, as relações humanas e a vida cotidiana.



Marx (1983) advogou o significante “capital” para tão-somente ressignificá-lo e lançá-lo contra o próprio capital.

Marx (1983) advogou o significante “capital” para tão-somente ressignificá-lo e lançá-lo contra o próprio capital. Adorno [1975, 1992; e com Horkheimer (1970, p.147-200)] adotou o termo “identidade” para apontar, a contrapelo, a violência nela implicada (por injunção imanente), porquanto encabrestadora do diverso (por vezes não idêntico) em vertente unitária e supostamente não-contraditória. Horkheimer, em particular, anos antes da publicação de *Dialektik der Aufklärung* em 1944, em parceria com Adorno, já havia preservado o termo “razão” (quando poderia ter designado outro) para demonstrar que, a partir de meados do século XX, diante da afluência material acumulada no capitalismo industrial, na esteira do progresso tecnológico desde dois séculos antes – condição histórica *sui generis* que poderia ter emancipado todos os viventes da esfera da necessidade, houvesse orientação das instituições políticas por princípios racionais equânimes –, converteu-se notadamente em seu contrário, em apanágio do poder conservador e de reprodução da injustiça e da desigualdade, sabotando a sua própria promessa de origem: a *realização* enfim da ideia fundamental de ser *humano*. Castoriadis (1982) reconheceu a potência do imaginário para além da estrutura psíquica individual, a ponto de descortiná-la no social-histórico, reino ambíguo e conflitivo da preservação contínua da ordem (imaginário instituído) e de sua reforma ou revolucionamento (operada pelo imaginário social instituinte). Deleuze e Guattari (1976, 1980) rees- calonaram, por redefinição metafórica, a noção de máquina – pelo que vislumbraram uma “máquina desejan- te”, propriedade do ente –, e a arrastaram contra a “máquina capitalística”. Flusser (2007, p.89-99), após reconhecer a “comunicação” como fenômeno, adotou esse significante para ratificá-lo,

junto com a linguagem, com significação inteiramente remodulada: como engenhosa invenção antropológica engendrada em tempos imemoriais para o próprio ente humano se dissuadir da experiência avassaladora da solidão e do vazio, corolário da fuga ao terror da morte. Virilio (1984, 1995, 1996a, 1996b) mobilizou a categoria da velocidade, então esculpida de modo incondescendente, contra a era da aceleração – a sociodromologia fenomenológica contra a ordem fenomênica da dromocracia –, em razão de cedo ter percebido que o interesse de guerra e, com ele, a estratégia como preocupação operatória de domínio (que nunca mais abandonaram a humanidade desde que inventadas em tempos imemoriais) estavam intralaçados, por dinâmica umbilical, com vetores e fatores de velocidade (metabólico-corporais, técnicos e tecnológicos). Em ciências humanas e sociais, é extensa a lista de autorias que ressignifi- caram vocábulos do *mainstream* prático, livraram os mesmos da pretensa ou eventual naturalização e lhes conferiram *status* categorial de prisma teórico, a fim de mobilizá-los na direção do confronto basal com determinada viga estrutural ou trecho crucial de mundo caracterizado (e, por vezes, promovido) justamente pelo mesmo significante, desta vez no âmbito de jargões correntes (especializados ou de senso comum), no qual vigoram com conteúdo necrosado.

5. Mobilização *a priori* da categoria da crítica teórica

O fulcro das preocupações precedentes merece atenção mais detida e desdobramento estrito. Os motivos arrolados contratam e justificam a mobilização de uma modalidade renovada de crítica teórica, necessariamente fundada na laboração



reflexiva do conceito e destinada à tensão com o objeto e seu contexto. Essa propensão frutífera de suspeita intelectual começa justamente pela prioridade concedida à utilização da categoria do glocal, e não de outra noção corrente. Conforme anteriormente afirmado, o glocal, como prisma de visão, constitui teoria específica em cujo bojo radica uma proposta definida de compreensão da lógica sociotecnológica e cultural da civilização mediática atual, notadamente sobre o modo pelo qual ela se organiza internamente, se desenvolve e se reproduz no tempo, afastando de seu horizonte o espectro de sua decadência e entropia. A categoria do glocal – nunca é demais frisar – não pertence, portanto, a *episteme* empíreo-descritiva, mapeadora e/ou classificatória. Ela escapa, expressamente, à avalanche de *descriptivismo metodológico* que, em regra, sustenta, com ares de cientificidade simulada e vazia, sob o álibi da neutralidade apolítica da subjetividade e da objetividade da linguagem, a produção reflexiva em curso sobre a *empíria* processual em jogo (cf. Trivinho, 2007, 2012). Essa onda internacional não esconde, mesmo se como eco longínquo e desconhecido, rastro egresso da tradição sociológica durkheimniana criativamente revivida em sua engenhosa revisão tardoweberiana, por sua vez parelha de movimento semelhante no cenário metodológico da modernidade filosófica, relativamente a um manancial cartesiano posteriormente reforçado pelo positivismo. Ela assumiu para si os ventos insalubres de um modelo de Universidade governado pelo paradigma das chamadas “ciências duras” (exatas, da terra e biomédicas) e instrumentalizado diretamente pelo mercado de trabalho, sabidamente regido pelas necessidades (legais e consuetudinárias) de desenvolvimento expansivo do capital. Sob tal cobertura, o descriptivismo metodológico no âmbito dos estudos e preocupações acadêmicos sobre as relações entre tecnologias/redes interativas e organização do social, da cultura, da política e da economia, põe-se vitimado pela burocratização reificante da relação com o objeto,

na medida em que, em geral, o separa de suas raízes contextuais (capitalistas) ou, quando o leva em conta, não deixa de voluntariamente mover a argumentação para o norte de um entusiasmo utopista, subordinando ciência à volatilidade das crenças vagas e a propensões fáceis e positivas ao porvir, após atrelá-la à bola de chumbo da opinião.

Sem dúvida, a descrição de objeto e de seu contexto constitui, secularmente, procedimento fundamental e útil ao desenvolvimento do conhecimento científico. No âmbito das humanidades, no entanto – para ficar somente nesse registro, perceptivamente mais afeito e íntimo ao tratamento contextual (social-histórico) do objeto, a saber, o da percepção de sua inserção na fase mundializada do capitalismo –, a permanência exclusiva e linear no patamar descritivo de abordagem depõe não somente contra a ciência e os resultados do trabalho reflexivo, senão ainda contra a própria inteligência, ao não permitir-lhe manifestar-se até a complexidade, alcançando plenitude na dialetização do existente.

Há décadas, nunca urgiu tanto o elogio da valorização (não ideológica e de partida) no trabalho teórico, notadamente no campo de estudos da comunicação e da cibercultura. A propensão a valorar numa argumentação – isto é, a assumir-se, expressa e necessariamente, posição autoral incondescendente – recobra caráter tanto mais autêntico quanto mais prevê a categoria da crítica teórica na origem e no interior mesmo do labor epistemológico e semântico da linguagem mobilizada para compreender e esclarecer o objeto e seu contexto. Essa modalidade de crítica perfaz pressupostamente procedimento de conflito produtivo e voluntário no âmbito da interação com o objeto, *vis-à-vis* de não-adesão a ou aceitação tácita dele, sejam quais forem as suas potencialidades evidentes. Como mediação heurística entre a subjetividade cognoscitiva e o foco estudado (e seu arranjo contextual), a crítica estabelece um biombo irrecorrível: a fleuma ponderativa da impassibilidade. O horizonte reflexivo da crítica exige do espírito que prevaleça o tempo

Com efeito, essas sinalizações não pressupõem senão que a categoria do glocal constitui, no fundo e antes de tudo, *instrumento de percepção sine qua non* em prol da renovação epistemológica consistente da crítica socialmente orientada.

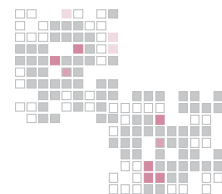
inteiro em serenidade. Por evidente, esse cuidado especial o livra (automaticamente, por assim dizer) da tendência há muito comum de capitulação intelectual expressa nesse comportamento *partout* (em tudo lamentável) de condecoração (consciente ou inconsciente) das indústrias criativas do ramo interativo, mediante promoção sem mais – no espaço das Universidades e do debate intelectual – de seus produtos (*hardwares, softwares, netwares*, portais, plataformas, seus esquematismos funcionais internos, etc.). Em nome da liberdade integral na “cozinha” da criação reflexiva, a renovação da crítica exige desprover-se de modelos teóricos tradicionais de referência, de camisa-de-forças epistemológicas herdadas, de esquemas explicativos consagrados mas defasados em relação ao estágio sociofenomenológico da dinâmica mediática do social. Igualmente, esse labor de renovação precisa aprumar-se em algum grau relevante de tensão (de uma escala internamente diferenciada de intensidades) com o objeto e seu contexto, uma vez pouco recomendáveis também quaisquer referências rígidas nesse tocante. Esse tensionamento traduz-se desde a consideração firmemente criteriosa (já sob distanciamento subjetivo estratégico em relação ao objeto, rechaçado, pois, o abraço *a priori* a ele) ao confronto justificado com as macroestruturas sociotecnológicas que contextualizam e condicionam tanto a existência e a natureza do objeto, quanto o seu desenvolvimento e suas tendências majoritárias.

Nesse caminho, em trajetória oposta ao mencionado “movimento” metodológico-descritivista, a categoria do glocal funda e labora uma abordagem questionadora do processo civilizatório articulado no desejo massificado de apropriação diuturna e

diferenciada de *media* e redes (de massa, interativos e híbridos, fixos ou móveis, com fio ou *wireless*), e o faz com enfoque multilateral, desde os aspectos estruturais peculiares do *modus vivendi* cotidiano até a curva mais elevada de manifestações aparentemente sistêmicas desses modos de apropriação. Com efeito, essas sinalizações não pressupõem senão que a categoria do glocal constitui, no fundo e antes de tudo, *instrumento de percepção sine qua non* em prol da renovação epistemológica consistente da crítica socialmente orientada.

Acena-se, pois, aqui para um olhar menos complacente em relação à estrutura dinâmica, tão imperativa quanto descentrada e aleatória, do *mainstream* tecnocultural epocal – um olhar nem por isso “apocalíptico” (ou absurdidades passadistas do gênero), o que de toda forma também já o despe de adornos roseamente otimistas; vale notar, jamais cativo de saudosismos moralizantes, sempre reacionários, e de utopismos sectários, providos ou não de causa. A esses antípodas esquemático-maniqueístas (que ainda rondam, com insistência inconveniente e não raro sofrível, os modos) de recepção e interpretação de uma proposta teórica, a opção pela categoria do glocal prefere nutrir tão-somente interesses reflexivos realistas, sem regressões e futurismos infundados.

Nesse sentido, convém sempre manter preocupação menos intensa com a exploração propositiva e pragmática dos roteiros utilitários inscritos no potencial das tecnologias e redes interativas, mesmo quando próxima à fronteira da defesa de valores inelidíveis ao regime democrático, como a preservação jurídica das liberdades civis, a criação social de novos direitos e o cultivo intersubjetivo



da solidariedade. Evidentemente, esses roteiros instrumentais e utilitários devem ser atuados desde a vivência reflexiva em âmbito individual até a esfera do debate intelectual politizado. Não obstante, vale igualmente facultá-los a vertentes teóricas e temáticas interlocutoras, a serem acompanhadas a título de inspiração constante.

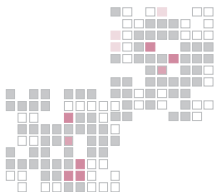
6. Necessidade de apreensão epistemológica do híbrido e dos processos de hibridização

Por conseguinte – para fechamento do percurso argumentativo –, enfatize-se que a premência dessa modalidade de apreensão do glocal e da glocalização implica, como mister imanente e simétrico, a necessidade de melhor compreensão do híbrido, este fenômeno de mistura inextricável que, saturando a vida cotidiana na civilização mediática, expõe a defasagem (de grande parte das versões) da *episteme* herdada e de sua potência de iluminação (em compatibilidade com a natureza, com o *modus operandi* e com a significação social-histórica do objeto).

A compreensão do híbrido pode se iniciar pela (ou com esteio na) categoria do glocal e da glocalização, na mesma frequência com que o foco nesses torvelinhos tecnoculturais responde, por sua vez, à exigência de esclarecimento sobre o híbrido, dada a sua proliferação e seu *status* de monta e predominância irreversível, como sombra inapagável.

O glocal pode ser tomado como o emblema-mór, o mais completo e sofisticado, das hibridizações correntes (no plano tanto do significado quanto do significante, sem evocar a respectiva *empíria* processual). Ele mesmo herdeiro de uma fusão (no âmbito seja da linguagem e da *episteme*, seja da dinâmica da vida social), o glocal rearticula e reescala, às últimas consequências (a se perder de vista em culminâncias ulteriores), todas as demais misturas existentes (entre público e privado, coletivo e individual, interno e externo, próximo e longínquo, familiar e heterodoxo, imaginário e real, verdade e ficção, masculino e feminino, e pares polares semelhantes).

Um fenômeno de hibridização carece de ser tomado frontalmente pelo meio, não por seus polos modais constituintes, logo em ruptura com os esquemas binários ou dicotômicos, por vezes estanques, de desenvolvimento do pensamento. Impermeável quando abarcado a partir das bordas ou extremidades, o híbrido exige que se o apreenda conforme a sua natureza – isto é, pelas juntas imanes – já ao nível do significante, não apenas do significado. O glocal e, com ele, a glocalização – como prismas teórico-estratégicos de abordagem, flexionados na direção do conflito produtivo com o objeto –, tendem a escapar à armadilha etimológica da gravitação material/física ou aquela exclusivamente na, via ou em rede (professada por conceitos correntes que priorizam ou tonificam o “local”, o “território”, a “geografia”, a “*urbis*”, as “coisas”, o “espaço”, ou adjetivos como “virtual”, “imaterial” e congêneres), bem como [tendem a subtrair-se] à propensão teórico-celebrante da lógica interativa e *online* da vida social. O prisma do glocal e da glocalização adentra o jardim frontal da dinâmica híbrida mediante senha assertiva sobre a vigência de um plasma já no panteão do significante e do sintagma, então correspondente, a partir desse aspecto terminológico, à imanência e/ou “comportamento” do observado. O pleno acerto desse procedimento não deixa de revelar, *mutatis mutandis*, o quão contraproducente, senão impossível, resulta realmente o abarcar, em profundidade e completude, um trecho de mundo – como, no caso, um fenômeno de hibridização [por exemplo, o real sociomediático em tempo real (de massa, interativo ou híbrido)] – mediante mobilização de construção linguística inapropriada. O híbrido exige não somente providências semânticas (de contorções peculiares na viga do significado), senão ainda ajustes substanciais em escala vocabular (para assestamento *sine qua non* de foco). Essa autoconsciência de filigrana acerca do modo com que a *episteme* deve abraçar o observado, sob a pressuposição de um refino linguístico de partida,



subvenciona a mobilização da categoria do glocal e da glocalização sem prejuízo da percepção de que o híbrido constitui há muito a forma pela qual o capitalismo tecnológico, doravante em fase interativa, garante a sua reprodução social-histórica (Trivinho, 2012). Não por outro motivo, o híbrido e

os processos de hibridização precisam ser, antes de tudo, problematizados – com o concurso de uma propensão teórica tensional –, ao invés de recebidos à moda *wellcome* ou ufana, por supostamente escaparem aos marcos dicotômicos convencionais legados pela cultura tradicional e moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. *Dialéctica negativa*. Madrid: Taurus, 1975.
- _____. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Theodor W. Adorno: sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p.62-75. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 54).
- _____. *Mínima moralía: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1992.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialéctica del iluminismo*. Buenos Aires: SUR, 1970. (Colección Estudios Alemanes).
- ANGERMULLER, Johannes; BUNZMANN, Katharina; RAUCH, Christina (Ed.). *Hybrid spaces: theory, culture, economy*. New York; Münster: Transaction; LIT, 2000. (Collection Discursive Produktions).
- BARALDI, Claudio; BORSARI, Andrea; CARLI, Augusto. *Hybrids, differences, visions: on the study of culture*. Aurora: The Davies Group, 2011.
- BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London: Routledge, 1998.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003. (Coleção Aldus, 18).
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel; Istituto Italiano di Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1996.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- _____. *Mille plateaux: capitalisme et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. (Série Estudos alemães, 60).
- HERÁCLITO. *Heráclito: fragmentos contextualizados*. Tradução [do grego] de Alexandre Costa. São Paulo: Odysseus, 2012.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fofense Universitária, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 1958.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. (Coleção de bolso Labor, 10).
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. Ed. da UNESP; Boitempo, 1997.
- KRAIDY, Marwan M. *Hybridity: the cultural logic of globalization*. Philadelphia: Temple University Press, 2005.
- MANDEL, Ernst. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, v. I, Livro Primeiro, Tomo 1, 1983.
- PLATÃO. *La república: du régime politique*. Paris: Gallimard, 2008. (Collection Folio Essais, 228).
- SEDDA, Franciscu (Org.). *Glocal: sul presente a venire*. Roma: Luca Sossella, 2004.
- TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção Comunicação).
- _____. *Glocal: visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real*. São Paulo: Annablume, 2012.
- VIRILIO, Paul. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *La vitesse de libération*. Paris: Galilée, 1995.
- _____. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.
- _____. *A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.

ENVIADO DIA: 22/10/2013
APROVADO DIA: 30/11/2013

